

The logo graphic consists of four overlapping, rounded, wavy shapes in shades of orange and red, creating a stylized 'W' or 'M' shape. The text 'LeasePlan' is centered within this graphic in white.

LeasePlan

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
06 DE **2023**

www.leaseplan.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 30/06/2023 E 31/06/2022

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("LeasePlan | ALD" ou "Instituição") submete à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022.

Em 06 de janeiro de 2022 a ALD anunciou a intenção de aquisição da Leaseplan e em 22 de maio de 2023 a operação foi realizada. A aquisição da LeasePlan realizada pela ALD representa uma mudança significativa para a posição de Líder mundial em mobilidade sustentável, que passa a ter presença em 44 países e uma operação em cerca de 3,4 milhões de veículos.

Em 2023, LeasePlan | ALD apresentou crescimento em sua frota e aumento na receita de arrendamento. Isso demonstra a capacidade da Instituição e sua estratégia acertada, que conta com uma visão de longo prazo que busca atender em sua totalidade as necessidades dos clientes por serviços diferenciados, engajando as pessoas, promovendo uma cultura customer centric e visando a excelência operacional por meio da digitalização total de seus serviços.

O resultado do semestre traduz-se pelo lucro antes do imposto de R\$ 56.088 (2022 R\$ 41.067) e um aumento em nossas receitas de operações de arrendamento totalizando R\$ 259.494 (2022 R\$ 187.435).

No âmbito operacional seguimos ampliando nosso pipeline de inovações tecnológicas, aplicando, novos serviços digitais, aumentando eficiência interna e melhorando a prestação do serviço aos nossos clientes, traduzindo-se em aumentos consistentes ano após ano do nosso índice de satisfação de clientes (NPS - *Net Promotor Score*).

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 1% do lucro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração aprovou a distribuição de R\$ 885 de dividendos sobre o lucro líquido (em 2021 R\$ 467) e o restante foi registrado em Reserva Estatutária em 2022 de R\$ 83.280 (em 2021 R\$ 43.763).

Todos estes processos seguem um rigoroso padrão ético e regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos.

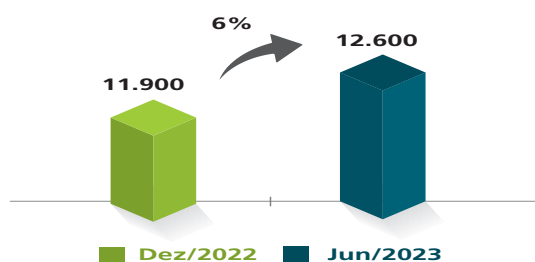
Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil e em junho de 2023 nosso índice de Basileia encerrou em 21% (em 2022, 20%).

Todos os fees de auditoria e não auditoria serão divulgados no Annual Report pela N.V. em 31.12.2023.

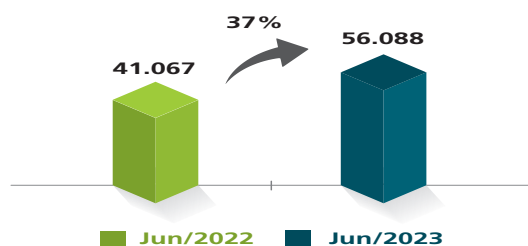
Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e principalmente aos nossos clientes pela parceria.

DESTAQUES DO PERÍODO

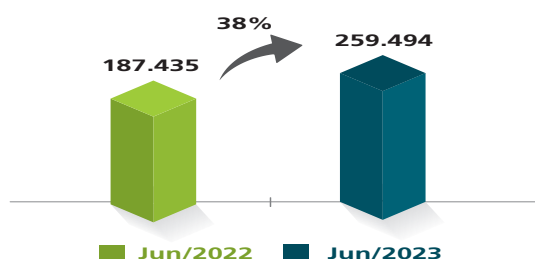
Frota Ativa - QTD



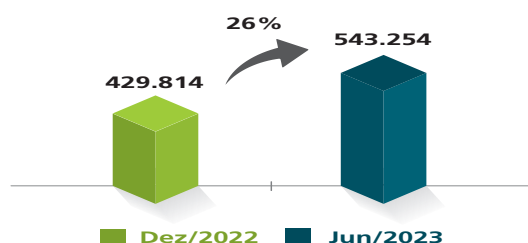
Resultado antes do Imposto - R\$ Mil



Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Mil



Arrendamento Mercantil - R\$ Mil



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2023</u>	<u>Dez/2022</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	16.085	21.969
Operações de arrendamento mercantil		1.199.299	1.027.018
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5.(a)	543.254	429.814
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5.(a)	(491.003)	(384.317)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.(a)	(2.598)	(3.378)
Imobilizado de arrendamento mercantil	7	1.149.645	984.899
Bens arrendados		1.322.792	1.131.528
Depreciações acumuladas		(173.146)	(146.629)
Outros ativos financeiros		31.819	102.682
Outros créditos	6.(a)	32.517	102.997
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito em outros créditos	6.(b)/ 6.(a)	(698)	(315)
Ativos fiscais	6.(h)	17.935	16.168
Outros ativos	6.(c)	171.840	190.315
Bens não de uso próprio		124.411	150.806
Despesas antecipadas		47.429	39.509
Imobilizado de uso		4.920	4.460
Intangível		2.076	1.493
TOTAL DO ATIVO		<u>1.443.974</u>	<u>1.364.105</u>
PASSIVO			
Passivos financeiros	8	927.821	870.184
Empréstimos no país		927.821	870.184
Passivos fiscais	10.(c)	47.100	21.516
Outros passivos financeiros	6.(d)	119.452	155.812
Provisões para contingências	9.(b)	4.322	4.166
Patrimônio líquido		345.278	312.427
Capital Social		91.561	91.561
País	11	72	72
Exterior	11	91.489	91.489
Reserva Legal		13.076	11.433
Reserva Estatutária		240.641	209.433
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.443.974</u>	<u>1.364.105</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2023</u>	<u>Jun/2022</u>
Receitas da intermediação financeira	5.(b)	259.494	187.435
Receita com operações de arrendamento mercantil		201.090	146.686
Resultado na finalização de contratos		55.164	37.386
Receitas de prestações de serviços		3.239	3.363
Despesas da intermediação financeira	5.(b)	(181.768)	(124.737)
Operações de captações no mercado		(62.031)	(30.058)
Operações de arrendamento mercantil		(119.737)	(94.679)
Resultado bruto da intermediação financeira		77.726	62.698
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito		397	994
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		397	994
Outras receitas (despesas) Operacionais		(22.035)	(22.625)
Receitas de aplicações financeiras		462	463
Despesas de pessoal	6.(e)	(14.752)	(11.493)
Outras despesas administrativas	6.(f)	(7.484)	(7.414)
Despesas tributárias	10.(b)	(3.029)	(5.891)
Outras receitas operacionais	6.(g)	3.865	2.243
Outras despesas operacionais	6.(g)	(939)	(466)
Reversões/(despesas) de provisão para contingências	6.(g)	(156)	(67)
Trabalhistas		(3)	206
Fiscais		-	-
Cíveis		(153)	(273)
Resultado Operacional		56.088	41.067
Resultado antes da Tributação sobre o lucro		56.088	41.067
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.(a)	(23.237)	16.774
Provisão para imposto de renda e contribuição social - Corrente		(1.588)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social - Diferido		(21.648)	16.774
Lucro líquido do semestre		32.851	57.841
Quantidade de ações - em milhares		9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$		3,59	6,32

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>Jun/2023</u>	<u>Jun/2022</u>
Lucro líquido do semestre	32.851	57.841
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total do semestre	32.851	57.841

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.561	7.003	126.153	-	224.717
Lucro Líquido do período	-	-	-	57.841	57.841
Constituição da Reserva Legal	-	2.892	-	(2.892)	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	54.949	(54.949)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	91.561	9.895	181.102	-	282.558
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.561	11.433	209.433	-	312.427
Lucro Líquido do período	-	-	-	32.851	32.851
Constituição da Reserva Legal	-	1.643	-	(1.643)	-
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	31.208	(31.208)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	91.561	13.076	240.641	-	345.278

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	Jun/2023	Jun/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	32.851	57.841
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	62.159	44.644
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(397)	(994)
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	156	67
Despesas de juros	62.031	30.058
Lucro líquido ajustado	156.802	131.616
Aumento (redução) em ativos operacionais	(146.472)	(204.796)
Operações de arrendamento mercantil	(6.755)	(2.277)
Outros ativos financeiros	68.713	(43.012)
Outros ativos	18.475	(42.997)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(326.800)	(222.558)
Alienação de imobilizado de arrendamento	99.894	106.048
Aumento (redução) em passivos operacionais	(10.776)	(38.881)
Outros passivos financeiros	(36.360)	(2.124)
Passivos Fiscais	25.584	(36.757)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(446)	(112.061)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	830	1.580
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.044)	(2.751)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos	(63.892)	(25.350)
Empréstimos captações	721.500	690.782
Empréstimos amortizações de principal	(662.000)	(544.447)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(4.392)	120.985
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.884)	6.172
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	21.969	17.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	16.085	23.995
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(5.884)	6.172

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (“LeasePlan | ALD ” ou “Instituição”) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com 60 anos de experiência no setor e presente em aproximadamente 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade “Leasing Operacional”. A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan | ALD, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2023.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação: As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão inclusos caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Operações de arrendamento mercantil: A carteira de arrendamento mercantil operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.977/21 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

(i) Arrendamentos operacionais a receber: Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional: Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber de juros e depreciação sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

(iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional: Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de arrendamento mercantil operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Esta metodologia difere para fins fiscais para a Rubrica de Bens Arrendados que a partir do ano de 2022 estamos considerando o critério de depreciação de 05 anos em conformidade com as regras da Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Operações classificadas como nível “H” permanecem por até seis meses, após isso o saldo é baixado contra a provisão existente e controlada em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e para as operações renegociadas mantemos o registro no mesmo nível que estava classificada na data de sua renegociação. As operações de arrendamento mercantil operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e. Imobilizado de uso: A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual a instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica imobilizado de arrendamento mercantil operacional.

f. Intangível: O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil-econômica de 36 meses.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos (*Impairment*): Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC 01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica *Impairment*.

h. Ativos não financeiros mantidos para venda: São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente aos veículos de contratos terminados. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível).

- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado.

- **Obrigações Legais:** decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j. Tributos: Calculadas as alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISSQN ^(a)	2,00%

(a) Considera a alíquota da cidade de Barueri - SP

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

k. Apuração do resultado: Em conformidade com o regime de competência, as despesas e receitas são reconhecidas na apuração de resultado do período a que pertencem. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

l. Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: perdas estimadas para contraprestações de arrendamentos operacionais, depreciação do ativo imobilizado de uso, provisões para contingências e avaliação de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) e provisões fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

m. Resolução CMN nº 4.966: Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, A Leaseplan elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	16.085	21.969

Os saldos apresentados tratam-se de posições em conta corrente com liquidez imediata, portanto classificadas no curto prazo.

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para contraprestações de arrendamento mercantil operacional:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamentos operacionais a receber	543.254	429.814
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(491.003)	(384.317)
(=) Total faturado	<u>52.521</u>	<u>45.497</u>
Valor presente - Arrendamentos operacionais a receber	<u>488.766</u>	<u>382.001</u>
Arrendamentos operacionais a receber - Curto Prazo	237.792	170.392
Arrendamentos operacionais a receber - Longo Prazo	250.974	211.609
(=) Total	<u>488.766</u>	<u>382.001</u>

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Carteira Valor Presente		Provisão	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
AA	0%	399.751	262.897	-	-
A	0,50%	49.850	52.411	(249)	(262)
B	1%	16.762	44.306	(168)	(443)
C	3%	851	13.041	(26)	(391)
D	10%	21.553	2.612	(2.155)	(262)
E	30%	-	6.734	-	(2.020)
Total		<u>488.766</u>	<u>382.001</u>	<u>(2.598)</u>	<u>(3.378)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo do período	(3.378)	(763)
Reversão/(Constituição)	780	(2.615)
Saldo final do período	<u>(2.598)</u>	<u>(3.378)</u>

(i) Composição da carteira de arrendamento mercantil operacional por setor de atividade:

	<u>30/06/2023</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>%</u>
Setor Privado Pessoa Jurídica				
Química	17.940	34%	15.728	35%
Alimentação	7.944	15%	70	1%
Engenharia	7.370	14%	4.672	10%
Serviços e outros	4.970	9%	3.061	7%
Outras Indústrias	4.611	9%	2.795	6%
Mineração	3.523	7%	13.881	31%
Comércio	2.572	5%	4.408	10%
Tecnologia	1.373	3%	429	1%
Elétrica	1.139	2%	-	1%
Automotiva	809	2%	452	1%
Total	<u>52.251</u>	<u>100%</u>	<u>45.497</u>	<u>100%</u>

b) Receitas e despesas de arrendamento operacional

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de Arrendamento Mercantil	201.090	146.686
Resultado na Finalização de Contratos de Arrendamento (a)	55.164	37.386
Receitas de prestação de serviços	3.239	3.363
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	<u>259.494</u>	<u>187.435</u>
Despesas com Bens Arrendados		
Depreciação	(62.159)	(43.426)
Manutenção	(20.430)	(17.031)
IPVA e Despachantes	(17.924)	(18.768)
Seguros (b)	(16.273)	(13.273)
Despesas com Veículos Substituição	(1.493)	(1.132)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil (c)	(1.457)	(1.049)
Operações de arrendamento mercantil	(62.032)	(30.058)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	<u>(181.768)</u>	<u>(124.737)</u>
Resultado de intermediação financeira	<u>77.726</u>	<u>62.698</u>

(a) Referem-se as receitas apuradas na venda dos bens arrendados, receitas de multas em decorrência ao descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional e resultado de manutenção.

(b) As despesas de seguros referem-se aos prêmios pagos às seguradoras relativos aos seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas.

(c) Refere-se majoritariamente a provisão sobre as receitas apuradas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de vistoria veicular.

c) Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo: Nos semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não tivemos nenhum evento relacionado à: (i) operação baixada para prejuízo; (ii) operação renegociada; e (iii) operação recuperada.

d) Concentração do risco do crédito:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dez maiores devedores	211.941	179.493
Demais devedores	276.825	202.508
Total	<u>488.766</u>	<u>382.001</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
6. DETALHAMENTO DE CONTAS
a) Outros créditos - Curto Prazo:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços a Receber (a)	12.227	12.598
Repasses de Despesas (b)	6.157	5.178
Adiantamentos a fornecedores (c)	12.885	84.426
Outros (d)	<u>1.248</u>	<u>795</u>
Diversos	<u>32.517</u>	<u>102.997</u>
Provisão para perda associadas ao risco em Outros Créditos (e)	<u>(698)</u>	<u>(315)</u>
Total de Outros Créditos Diversos	<u>31.819</u>	<u>102.682</u>

(a) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já faturados aos clientes;

(b) Referem-se às despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato;

(c) Trata-se de pagamento antecipado para as montadoras para a aquisição de veículos;

(d) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (*LeasePlan Global Procurement*);

(e) Composto pelas perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização.

b) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco em outros créditos:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do período	(315)	(458)
(Constituição) / Reversão de provisão	<u>(383)</u>	<u>143</u>
Saldo no final do período	<u>(698)</u>	<u>(315)</u>

c) Outros ativos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Veículos pendentes de entrega ^(a)	109.589	130.088
Veículos disponíveis para venda	<u>14.822</u>	<u>20.718</u>
Bens não de uso próprio	<u>124.411</u>	<u>150.806</u>
Despesas antecipadas ^(b)	<u>47.429</u>	<u>39.509</u>
Total de Outros valores e bens	<u>171.840</u>	<u>190.315</u>

(a) Referem-se aos veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários.

(b) Composto por veículos em processo de venda oriundos do retorno do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas.

d) Outros passivos financeiros:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para despesas com frota de arrendamento (a)	64.831	74.425
Outras contas a pagar - fornecedores (b)	50.983	78.288
Despesa pessoal	2.286	1.747
Dividendos a pagar	<u>1.352</u>	<u>1.352</u>
Total	<u>119.452</u>	<u>155.812</u>

(a) Correspondem às provisões para futuros desembolsos como manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados que são de responsabilidade da LeasePlan | ALD, caso ocorram. (b) Correspondem, majoritariamente, a valores a pagar às concessionárias decorrentes de aquisição de veículos.

e) Despesas de Pessoal:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Proventos	(9.076)	(6.785)
Encargos sociais	(2.591)	(2.001)
Benefícios	<u>(3.085)</u>	<u>(2.707)</u>
Total das Despesas de Pessoal	<u>(14.752)</u>	<u>(11.493)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
f) Outras Despesas Administrativas:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.764)	(1.559)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(1.019)	(1.117)
Despesas de serviços de informática	(123)	(174)
Despesas de serviços de terceiros	(1.615)	(1.871)
Despesas de viagem	(222)	(64)
Despesas de comunicação	(466)	(561)
Despesas de transporte	(9)	(13)
Despesas de equipamento e manutenção	(526)	(362)
Despesas de aluguel	(300)	(408)
Despesas de escritório e predial (a)	(580)	(327)
Outras despesas administrativas (b)	<u>(860)</u>	<u>(958)</u>
Total de outras despesas administrativas	<u>(7.484)</u>	<u>(7.414)</u>

(a) Referem-se as despesas com materiais de escritório, água, luz, telefonia, entre outros custos relacionados ao funcionamento da sede da Instituição.

(b) Refere-se a despesas com eventos, marketing, ações filantrópicas, entre outras despesas.

g) Outras Receitas e Despesas Operacionais:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita de bônus ^(a)	391	671
Receita de avarias ^(b)	2.564	1.648
Outras Receitas Operacionais ^(c)	910	(76)
Total de outras receitas operacionais	3.865	2.243
Descontos concedidos	(871)	(427)
Outros ^(d)	(68)	(39)
Total de outras receitas operacionais	(939)	(466)
(Despesas) de provisão para contingências ^(e)	<u>(156)</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>2.770</u>	<u>1.710</u>

(a) Refere-se à bonificação concedida por concessionárias decorrentes do volume de contratos de aquisição e manutenção de veículos contratados pela LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

(b) Refere-se ao ressarcimento de custos cobrados dos clientes na terminação dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional devido à entrega do ativo fora das conformidades estabelecidas em contrato.

(c) Referem-se, majoritariamente, a provisões de acertos contratuais por quilometragem excedente ou aquém do contratado.

(d) Referem-se, majoritariamente, a reversão de bônus e pagamento de comissões e despesas.

(e) Referem-se, majoritariamente, a provisões de ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

h) Ativos fiscais - Curto prazo:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos a compensar ^(a)	17.935	16.168

(a) Os montantes referem-se aos impostos (IR, CSLL, PIS e COFINS) a serem compensados futuramente

7. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Imobilizado de arrendamento	Veículos
Custo	
Saldo em 31/12/2022	1.131.528
Aquisições	326.800
Baixas	<u>(135.536)</u>
Saldo em 30/06/2023	1.322.792
Depreciação	
Saldo em 31/12/2022	(146.629)
Despesa de Depreciação	(62.160)
Baixas	<u>35.642</u>
Saldo em 30/06/2023	(173.147)
Valor Contábil	
Saldo em 31/12/2022	984.899
Saldo em 30/06/2023	1.149.646

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

i) Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment): A Administração, considerando a atual conjuntura econômico-financeira do mercado em que a Instituição está inserida, a experiência no gerenciamento e venda de veículos e nos valores de mercado (respaldados pela tabela FIPE descontando-se perdas e gastos históricos) revisa periodicamente o valor residual e a vida útil de sua frota e apura o valor recuperável dos veículos arrendados. Considera-se para apuração do valor em uso os valores de venda futura líquida estimada para cada veículo somados aos honorários de gestão de frotas descontados ao valor presente pela taxa média de captação dos empréstimos. Ao término da análise para o semestre findo não foi identificado nenhum indicativo de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos registrados em Bens Arrendados.

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS

As obrigações de empréstimos são representados por contratos de cédula de crédito bancário (CCB). Possuem vencimentos até Abril de 2026, e estão sujeitos a encargos financeiros pré-fixados (taxa média ponderada de 14,63% a.a.) e pós fixados (taxa média ponderada de 1,90% a.a.) às taxas de mercado vigentes na data de contratação.às taxas de mercado vigentes na data de contratação.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pré-fixados		
Até 90 dias	89.500	92.876
De 91 a 365 dias	363.308	217.808
Acima de 365 dias	<u>436.500</u>	<u>458.500</u>
Total de Contratos Pré-Fixados	<u>889.308</u>	<u>769.814</u>
Pós-fixados		
Até 90	<u>38.000</u>	<u>101.000</u>
Total de Contratos Pós-Fixados	<u>38.000</u>	<u>101.000</u>
Total de Obrigações Por Empréstimo no país	<u>927.308</u>	<u>870.184</u>

No período findo em 30 de junho de 2023 a Instituição apurou despesas de obrigações por empréstimos de R\$ 62.031 (R\$ 30.058 em junho de 2022).

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Instituição revisa periodicamente suas contingências, levando em consideração o parecer dos nossos assessores jurídicos, caso ocorra avaliação de perda de recursos financeiros para a liquidação das obrigações. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. As contingências estão classificadas como:

- **Prováveis:** são constituídas e reconhecidas integralmente como passivos contingentes no balanço patrimonial.
- **Possíveis:** a administração em conjunto com os assessores jurídicos analisa os processos possíveis e estima perdas que são reconhecidas como passivo contingente no balanço patrimonial.
- **Remotas:** não estão reconhecidas no balanço patrimonial.

a. Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição. Não existem ativos contingentes no período.

b. Provisões para contingências: A provisão para contingências é estabelecida principalmente de processos administrativos e judiciais inerentes ao curso normal dos nossos negócios e baseadas nas opiniões dos nossos assessores jurídicos, todos os processos estão distribuídos nas seguintes categorias: cíveis, trabalhistas e fiscais previdenciárias. Os passivos contingentes são provisionados quando passam a ser classificados como prováveis e possíveis e são quantificados pela melhor estimativa que permite a mensuração mais adequada, apesar das incertezas inerentes aos prazos ou valores.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>31/06/2021</u>
Provável	3.631	228	-	3.859
Possível	<u>535</u>	<u>3</u>	<u>(75)</u>	<u>463</u>
Provisões para Contingências	<u>4.166</u>	<u>231</u>	<u>(75)</u>	<u>4.322</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>31/06/2021</u>
Cível	4.126	228	(75)	4.279
Trabalhista	<u>40</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>43</u>
Provisões para Contingências	<u>4.166</u>	<u>231</u>	<u>(75)</u>	<u>4.322</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(i) Ações cíveis: O saldo é composto por ações de danos morais e materiais. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. As provisões são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação.

(ii) Ações fiscais e previdenciárias: As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, pois trata-se de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente.

(iii) Ações trabalhistas: O saldo é composto por processo trabalhista que, de acordo com os assessores jurídicos da Instituição, é considerado como risco de perda possível e/ou provável. A ação é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

10. TRIBUTOS

a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	56.088	41.067
Acréscimos/ Decréscimos decorrentes de:		
Adições/Exclusões temporárias(a)	52.534	42.770
Adições/Exclusões permanentes(b)	(416)	(610)
Base imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (15%+10%+15%) (recuperar) (c)	<u>3.970</u>	<u>(1.093)</u>
(=) IRPJ e CSLL do período corrente	<u>1.588</u>	<u>-</u>

(a) As adições e exclusões temporárias são compostas por provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões de passivos contingentes, provisões para consultoria e provisões desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas e reversões de processos trabalhistas, depreciação contábil e depreciação fiscal.

(b) As adições e exclusões permanentes são compostas por despesas indedutíveis, brindes, gratificações e resultado de venda dos bens arrendados refletindo os impactos da depreciação fiscal.

(c) No exercício de 2022 a LeasePlan Arrendamento Mercantil iniciou o processo de depreciação fiscal. Ao iniciar esta metodologia a Instituição obteve benefício fiscal resultando assim em uma base negativa de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(d) Existem créditos tributários relacionados a prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.666 em 2023 (2022 - R\$ 2.227) que podem ser compensados em exercícios futuros.

b) Despesas Tributárias:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	(164)	(2.351)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(27)	(382)
Despesas de impostos sobre qualquer natureza - ISS ^(a)	(2.769)	(3.073)
Outras despesas tributárias	(139)	(85)
Total de despesas tributárias	<u>(3.099)</u>	<u>(5.891)</u>

(a) Decorrente a Lei Complementar nº 175/20, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISSQN") sobre as operações de arrendamento mercantil passou a ser devido no município de estabelecimento do tomador, porém os recolhimentos foram suspensos em decorrência da liminar deferida pelo STF via ADIN Nº 5835 e os valores provisionados mensalmente.

O ISSQN será declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional e o mesmo está em desenvolvimento operacional junto as Associações e o Governo Federal.

c) Passivos Fiscais - curto prazo:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda a e Contribuição Social a recolher	1.588	-
Imposto de Renda a e Contribuição Social a diferido	23.411	1.762
Impostos Sobre Folha de pagamento	905	1.062
Impostos Sobre Faturamento	20.986	18.453
Impostos e Contribuições sobre Serviços	210	239
Total Obrigações Fiscais e Previdenciárias ^(a)	<u>47.100</u>	<u>21.516</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Passivo diferido:

Diferenças temporárias	31/12/2022	Movimentação	30/06/2023
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.290	5	3.295
Depreciação	(86.060)	(43.522)	(129.581)
Demais provisões	72.795	(9.202)	63.592
Total	<u>(9.974)</u>	<u>(52.720)</u>	<u>(62.694)</u>
Total diferença temporária (IRPJ + CSLL)	<u>3.990</u>	<u>21.088</u>	<u>25.078</u>
Prejuízo Fiscal	<u>(2.227)</u>	<u>561</u>	<u>(1.666)</u>
Total	<u>1.762</u>	<u>21.648</u>	<u>23.411</u>

No semestre findo em junho de 2023 foram constituídos um passivo diferido no valor de R\$ 23.411. Abaixo segue a expectativa de de consumo nos próximos anos:

Ano	Expectativa de realização
2024	5.127
2025	8.768
2026	8.576
2027	<u>939</u>
Total	<u>23.411</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. O Capital social é representado por 9.156.106.923 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, composto como segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor	Sede
LeasePlan Corporation N.V.	9.148.948.356	91.489	Holanda
LeasePlan Brasil Ltda.	<u>7.158.567</u>	<u>72</u>	Brasil
Total	<u>9.156.106.923</u>	<u>91.561</u>	

b. A reserva legal foi constituída de acordo com o percentual de 5% conforme disposto na Lei 6.404/76. c. É obrigatório constituir 1% (um por cento) de dividendo mínimo do lucro líquido, em cada exercício social. d. O saldo do lucro líquido que resultar das deduções referentes à constituição da reserva legal e do pagamento de dividendos será colocado à disposição da Assembleia Geral.

12. PARTES RELACIONADAS

A Instituição define como partes relacionadas os Administradores, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo.

a. **Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas da Instituição são realizadas no curso normal dos negócios, e envolvem operações não relativas à atividade principal da Instituição. São gerenciadas a nível global por entidades designadas para tal que até dezembro de 2017 era gerenciada pela LeasePlan Supl. Services e a partir de janeiro de 2018 foi alterada pela LeasePlan Global Procurement e CarNext, sendo referentes a bônus por metas atingidas com fornecedores internacionais. O bônus a receber de partes relacionadas para o semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 1.247 (R\$ 794 em 31 de dezembro de 2022), e está registrado no grupo de outros créditos no ativo.

13. LIMITES OPERACIONAIS

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30/06/2023	31/12/2022
Índice de Basileia	21,66%	20,90%
Patrimônio de Referência	343.202	310.934

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia, levando em consideração as margens frente ao Patrimônio de Referência.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	30/06/2023			31/12/2022		
	Limite exigido	Índice Basileia	Margem s/ índice e Basileia	Limite exigido	Índice Basileia	Margem s/ índice e Basileia
Margem sobre Requerimentos						
Capital Principal	4,50%	21,66%	17,16%	4,50%	20,90%	16,40%
Nível I	6,00%	21,66%	15,66%	6,00%	20,90%	14,90%
PR (Nível I + Nível II)	10,50%	21,66%	11,16%	10,50%	20,90%	10,50%

14. GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos pela Instituição está pautada nas melhores práticas de mercado, em linha com a normatização do Banco Central do Brasil e com as regulamentações da matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.), sujeita à regulamentação do Banco Central Holandês (*De Nederlandsche Bank*) e com base na utilização do modelo de gerenciamento do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e o modelo das três linhas de Defesa para Instituições Financeiras. Os processos de gestão de risco permeiam toda a Instituição e visam identificar e medir os riscos de natureza interna ou externa que possam afetar a nossa estratégia, impactando resultados, liquidez capital ou reputação da empresa. O processo de gerenciamento do risco conta com sistemas proprietários para assegurar um controle centralizado, comitês para definição de metas e limites, além de revisões periódicas independentes visando assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos localmente e pela matriz.

a. Risco Operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de riscos operacionais feita pela Instituição tem como objetivo avaliar, mensurar e monitorar os eventos com a finalidade de evitar ou manter as perdas e riscos dentro dos limites estabelecidos além de garantir a aderência às práticas, diretrizes corporativas e à regulamentação vigente. O processo de controle é feito através de sistema proprietário visando garantir que o monitoramento seja feito de forma tempestiva mensurando e informando a administração das informações de risco bem como as eventuais perdas operacionais e planos de ação. A estrutura para gestão do risco operacional pela Instituição consiste em:

- Realização de comitês de riscos operacionais periódicos e fóruns específicos de controles internos e *compliance* nos quais periodicamente são apresentados os reportes acerca do monitoramento dos riscos assim como planos de ação e perdas relacionadas.
- Monitoramento contínuo e coleta de informações de eventos que causaram algum prejuízo ou perda operacional para a organização, bem como o reporte dos mesmos para a alta administração e a matriz na Holanda.
- Identificação de eventos que podem ocasionar uma perda financeira no caso de sua ocorrência e a possibilidade desses eventos acontecerem, bem como as causas que motivaram o acontecimento desse evento e os processos aos quais esses eventos estão relacionados.
- Revisão e alteração contínua de atividades e processos assim como implementação de controles para monitoramento de redução de perdas oriundas de risco operacional.

b. Risco de Mercado: Risco de mercado é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) entre outros índices. A Instituição não possui operações sujeitas a variação cambial, operações que envolvam ações (suas negociadas em bolsa ou como portfólio para investimento de recursos), operações com instrumentos financeiros, derivativos e mercadorias com intenção de negociação. Dessa forma, a Instituição entende que não está sujeita diretamente aos riscos de perdas relacionadas a variação cambial, renda variável (ações ou *commodities*) e variação nas cotações de instrumentos financeiros. Em relação a riscos de mercado com operações inerentes aos negócios, o principal risco mensurado pela Instituição é o risco de perdas provenientes das operações sujeitas a variações nas taxas de juros. Para o risco de taxa de juros a Instituição adota uma análise periódica de Descasamento (ALM), monitorando a exposição dos fluxos de caixa por fator de risco e datas de vencimento principalmente representadas por operações de captação de recursos e sua aplicação nos contratos de *leasing* operacional. O monitoramento é reportado tempestivamente a alta administração e a matriz e segue política de operar dentro de limites reduzidos de descasamento estabelecidos de acordo com normativos institucionais. Bem como realizamos análise de sensibilidade para as operações sujeitas às variações de mercado. Em nossa análise utilizamos as variações sujeitas aos cenários: (1) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 1 *b.p.* de nossa carteira de bancos; (2) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 25 *b.p.* da nossa carteira de bancos e; (3) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 50 *b.p.* da nossa carteira de bancos: Nos cenários a seguir sensibilizamos a carteira conforme os cenários apresentados acima (1), (2) e (3), no quais apresentamos as valorizações ou desvalorizações das taxas de mercado e os reflexos em nossas posições patrimoniais e de resultado:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Índices/ Saldo em exposição	30/06/2023	Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
	Saldo	1%	-1%	25%	-25%	50%	-50%
CDI	13,75%	13,76%	13,74%	14,00%	13,50%	14,25%	13,25%
Arrendamento a receber	688	108	108	110	106	112	104
Empréstimos no país	(38.000)	(5.948)	(5.939)	(6.052)	(5.835)	(6.160)	(5.727)

c. Risco de Crédito: Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de crédito aplicável à subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de clientes (*rating* interno). Através deste sistema e dos reportes contínuos ao comitê de crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano à imagem e reputação da Instituição. Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de arrendamento mercantil operacional a Instituição considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisão adequado. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar.

d. Risco de Ativo: O risco de ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional. Tendo como principal atividade o arrendamento mercantil operacional de veículos, os riscos inerentes a esse tipo de ativo são os mais relevantes para a Instituição no Brasil e no mundo. A estrutura para gestão e controle do risco de ativo pela Instituição consiste em:

- Comitês de riscos de ativos trimestrais compostos por área independente das áreas de negócio;
- Avaliações tempestivas dos valores estimados em comparação com os atuais de mercado dos veículos arrendados presentes em carteira;
- Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplos: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros;
- Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos;
- Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos;
- Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificados desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil Operacional;
- Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atuais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais.

As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas a matriz trimestralmente, as possíveis exposições contingentes são reconhecidas sob a rubrica *Impairment* (nota 3.g).

15. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, os resultados divulgados pela Instituição são recorrentes, não havendo resultados não recorrentes para o semestre apresentado.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de agosto de 2023 foi publicada a certidão do trânsito em julgado da ADI 5835, que teve por objetivo questionar a constitucionalidade dos dispositivos da Lei Complementar nº 157, de 2016, que mudou a cobrança do ISS para o domicílio dos tomadores do serviço, e da Lei Complementar 175, de 2020, que estabeleceu o padrão nacional de obrigação acessória do ISS. Os efeitos sobre a ADI resultam no impacto na reversão dos impostos de ISS registrados nota 10 c - Imposto Sobre Faturamento.

DIRETORIA

Fabio Costa
CEO
Gustavo Alves Jordão
CFO

CONTADOR

Daniel Novo Rodrigues
Contador - CRC 1SP 296652/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Instituição, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP - 1SP271754/O-9